

# Sabedoria e fraternidade

JOSÉ MATTOSO

Historiador

O tema que me pediram para tratar insere-se num conjunto de sessões destinadas a reflectir sobre a maneira como a Igreja católica reagiu para com a trilogia da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Tratamos hoje do terceiro destes conceitos, a Fraternidade. Cabe-me desenvolver o tema «Fraternidade e Sabedoria». Não posso deixar de felicitar os organizadores pela escolha deste tema tão importante para reflectir sobre uma polémica que marcou profundamente a relação entre a Igreja e o mundo intelectual durante os séculos XIX e XX, e que só nas últimas décadas tem vindo a ser encarada com menos crispação. A questão é muito conhecida. Mas convém recordar os seus aspectos mais significativos.

## 1.

Para quem tomar os três conceitos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade em si mesmos, não pode deixar de os considerar como valores incontestáveis, seja para um cristão, seja para quem for. Por isso, o observador desprevenido acha estranho que a Igreja tenha levantado objecções à sua valorização. De facto, a Igreja, durante o longo pontificado do papa Pio IX, e, depois disso, durante muito tempo, não hesitou em condenar o liberalismo em geral e o liberalismo católico em particular. Foi preciso uma muito lenta maturação intelectual e doutrinal para que a vigilância censória do Vaticano atenuasse as suas desconfianças. Quanto à trilogia que os liberais apresentavam quase como um novo Evangelho, a apologética cristã do século XIX interpretava-a como pura hipocrisia: do seu ponto de vista, os liberais não queriam instaurar a igualdade e a fraternidade, mas destruir a Igreja.

Na verdade, não se pode negar que a maioria dos governos liberais de então considerava a acção anti-clerical como necessidade inerente ao triunfo do liberalismo e à implantação do Progresso. Em compensação, os católicos raramente souberam distinguir o sentido ideológico da trilogia da sua verdade essencial. Não compreenderam que esse uso ideológico, ao ocultar os interesses da burguesia como classe dominante, não lhe retirava o valor como expressão de um ideal que a Igreja devia também defender.

Procurando o sentido próprio dos conceitos, temos de reconhecer que a trilogia, em si mesma, enuncia um ideal. Sendo um ideal, é inatingível neste mundo. Não é por isso que deixa de ser mobilizador de uma prática efectiva. Mas a trilogia tem também uma função ideológica. Como tal, pode esconder objectivos menos desinteressados do que parece. A apologética cristã dos séculos XIX e XX denunciou-a como inconciliável com o Cristianismo e com os direitos da Igreja. Pio IX e alguns dos papas que se seguiram condenaram as obras de Lamennais, e os princípios do liberalismo católico. Esqueceram-se da profunda identidade de princípios que devia unir cristão e não cristãos na defesa da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade. Raros foram aqueles católicos que reivindicaram a sua inspiração cristã, isto é a sua coerência com a mensagem de Jesus Cristo. Raros foram, também, os defensores do liberalismo político que proclamaram a origem evangélica dos seus ideais.

## 2.

Tendo este quadro histórico como pano de fundo das reflexões acerca do tema proposto para estas Jornadas, queria agora dizer a que Sabedoria me refiro, para tentar averiguar que relação tem com o conceito de Fraternidade. Não que haja várias Sabedorias. A meu ver, a Sabedoria é uma só. Aquela que prega a resignação, o bom senso e a prudência, que «joga pelo seguro», que escolhe sempre «do mal o menos», não é sabedoria, mas cálculo. Evita o compromisso e a responsabilidade. Tem medo do risco. É por isso que a literatura cristã fala tantas vezes de «verdadeira Sabedoria». A esta opõem-se as sabedorias falsas ou aparentes. Mas a Sabedoria é uma só. Abrange a totalidade do comportamento humano. O seu objecto é de tal modo vasto e complexo que tem de se alimentar do contacto vivo com Deus na meditação e na contemplação. É nesse contacto que se percebe, numa intuição súbita, ou numa percepção progressiva, que a excessiva vastidão e complexidade do real se reduz, em Deus, à Unidade. À simplicidade do Uno. O exercício contemplativo introduz o homem na compreensão vivencial do mistério de Deus e do Homem. Vivencial, portanto intuitiva. Não discursiva nem racional. Envolve a visão simultânea do Universo, na sua incomensurável totalidade, com todas as suas leis e o seu funcionamento, e como lugar onde a Humanidade inteira completa, no tempo, a marca que a torna imagem e semelhança de Deus. Através da beleza indescrevível do mundo cósmico e do mistério da história humana, vê em si mesma a imagem e a semelhança de Deus. Aceita as lutas e contradições que o Homem introduz na História, e até a sua própria perversidade destruidora, como expressões de um sentido incompreensível, ao mesmo tempo necessário e intrínseco, que se resolve na visão unitária do Universo. A contemplação dá a percepção vivencial de que a Totalidade do real exige também a realidade da contradição e, ao mesmo tempo, a necessária conciliação do inconciliável. A percepção da totalidade torna-se também vertigem no limiar do abismo que nos separa de Deus, e no insaciável desejo de nele perdermos o nosso próprio ser. Ou seja, de instaurar a unidade.

A Sabedoria a que me refiro decorre, pois, da experiência contemplativa. O fascínio pelo abismo da totalidade não é exclusivo do Cristianismo. Encontra-se também na filosofia platónica, nos textos védicos da Índia e na doutrina budista. Todas estas tradições religiosas afirmam que a *diversidade*

inerente à *totalidade* do real se resolve na *Unidade*. Para o cristão, todavia, esta percepção fundamental transfigura-se com a emergência de um elemento inesperado: Jesus Cristo. O papel de Jesus Cristo na relação da totalidade com a unidade tem a ver com a História humana e com cada um de nós. Jesus é Filho de Deus e Filho do Homem. É ponte sobre o abismo que separa a unidade divina da limitação humana. É também traço de união entre a História, isto é a diversidade e o tempo, e a unidade divina. Jesus Cristo surge como instaurador da unidade. Intuímos este mistério não em virtude de um raciocínio mas como evidência íntima de que Jesus Cristo é o acontecimento feito Palavra que faltava à percepção da totalidade. Jesus-Palavra resolve o mistério da unidade. Na apreensão íntima, vivencial, de Jesus Cristo como Homem e, por isso, como nosso irmão, tornamo-nos actores do grande drama da contradição entre o bem e o mal, entre a justiça e a misericórdia, entre a necessidade e a liberdade humana. Jesus Cristo revela onde está, e em que consiste aquele «fundo da alma», de que fala Tauler, e que é onde reside a marca da nossa semelhança com Deus. Nesse drama, em que o mal e o sofrimento representam um papel tão forte, Jesus não resolve praticamente nada: cura alguns doentes, proclama a bem-aventurança dos pobres e perseguidos, e aceita ao Paixão e morte. Mas estas acções e palavras são o *símbolo* e concretização exemplar de uma atitude muito mais vasta. Na verdade, a acção que Jesus desempenha como Redentor e Salvador é completamente diferente daquela que os homens usam para resolver os seus problemas. Os homens usam o poder e a técnica. Traduzem a sua condição em termos quantitativos. Em biliões, em cêntimos, em percentagens, em ratios, em gráficos, em estatísticas. Mas o raciocínio quantitativo mostra a impotência humana para resolver os problemas fundamentais: a fome, a pobreza, a doença, a desigualdade, e todos os outros. Jesus não nega nada disso, mas aponta para uma solução no plano de uma lógica não quantitativa. A Sabedoria ensina-nos que as acções realizadas e propostas por Ele não valem pela sua eficácia material mas como símbolos da força que Deus põe em nós e nos torna instrumentos de amor fraterno e construtores de uma família humana unida pela solidariedade. São os símbolos e concretizações que sustentam a esperança.

O enraizamento da Sabedoria no Evangelho torna o sábio cristão particularmente sensível à exclusão dos preconceitos, à largueza de vistas e à busca da verdade, à distinção entre o ser e o dever ser, à percepção da boa ou má vontade escondidas ou patentes, ao papel do indivíduo e ao condi-

cionamento mental, social ou económico, ao esforço pessoal e ao resultado obtido, à construção dos consensos e à necessidade das rupturas, à fidelidade nas convicções e à aceitação das consequências. O sábio cristão sabe esperar. Não tem pressa. Para ele não há absolutos. Tudo é relativo: um sorriso pode ser mais importante do que a fundação de uma dinastia. Acredita no valor e na eficácia dos símbolos. Não pronuncia sentenças nem faz discursos. O seu espaço é o silêncio. Considera que a sua função não é julgar e condenar ou absolver, mas salvar, isto é, dar vida à imagem de Deus que está no fundo de cada homem.

### 3.

Que diz, então, a Sabedoria (a cristã, evidentemente) acerca da Fraternidade? Esqueçamos, por enquanto, o significado que os ideólogos da Revolução Francesa lhe atribuíram. Pensemos no significado claro e simples que a palavra tem. «Fraternidade» é aquilo que é próprio da relação entre irmãos. Ao tomá-la como modelo da relação entre todos os homens, a Sabedoria propõe a partilha de bens e de sentimentos, a subordinação do individual ao comunitário, a exclusão das diferenças, a igualdade de direitos, a amizade, a ajuda mútua, a solidariedade, a consideração da humanidade inteira como uma só família. Actualmente, ao falar em Fraternidade, tende a colocar-se o acento na Igualdade, justamente em virtude do sentido que lhe deram os doutrinários da Revolução Francesa. Para eles, a Fraternidade torna-se assim uma espécie de explicitação e confirmação da «Igualdade». Propunham que acabassem as diferenças entre os homens e se abandonassem barreiras e privilégios.

Notemos, porém que, se considerarmos as relações entre irmãos de um ponto de vista antropológico, verificamos que adquirem expressões muito diversas conforme os sistemas de parentesco adoptados nas diversas culturas e a escala de valores por elas definida. Assim, por exemplo, na própria cultura ocidental, os irmãos não tinham todos os mesmos direitos e deveres. O que prevalecia não era a paridade entre irmãos, mas a subordinação de todos aos interesses comuns da família. Ser bom irmão, para os filhos-segundos da nobreza e de grande parte da burguesia, significava aceitar ser excluído da herança paterna, renunciar ao matrimónio, procurar a subsistência na vida

militar ou tomar as ordens sacras. A ideologia revolucionária não contestou o modelo, mas o seu efeito na perpetuação de privilégios de classe. Depois da Revolução, continuou a ser praticada pela burguesia rural que queria manter o seu estatuto social, evitando a fragmentação da herança. Em termos antropológicos, Fraternidade não significa, pois, igualdade de direitos.

Em termos psicológicos, também não. Sabemos bem que o carácter individual de cada pessoa se forma em contraposição ao comportamento dos seus próprios irmãos. O sucesso pessoal de um pode provocar a rivalidade de outro; a preferência do pai ou da mãe por um dos filhos suscita reacções que marcam a personalidade em formação e, por oposição, a dos outros irmãos. Estes problemas de comportamento não são só dos dias de hoje, nem uma aquisição da psicologia moderna. As rivalidades fraternas inspiraram, por exemplo, alguns dos capítulos mais importantes do Antigo Testamento. O que eles narram não são mais do que variantes de uma realidade universal. Recordem-se histórias como a do assassinato de Abel por seu irmão Caim, o estratagema de Isaac para se apoderar do direito de primogenitura de seu irmão Esaú, a inveja dos irmãos de José por ser o preferido de seu pai Jacob. Encontra-se o mesmo tema em muitos contos e mitos de várias culturas, o que mostra a complexidade da relação fraterna e, portanto, a ambiguidade da noção de fraternidade.

#### 4.

Não parece, pois, que a Fraternidade liberal se inspire em tais modelos. Qual é, então o seu sentido? Para o compreender temos de recorrer a aspectos da cultura ocidental derivados do Cristianismo. Na cultura ocidental, a Fraternidade liberal não evoca os vínculos que unem os membros da família natural, mas os que formam as comunidades monásticas ou religiosas. Estas, por sua vez, inspiram os membros das irmandades, confrarias e ordens terceiras que estruturavam a sociedade medieval. Com efeito, a vertente cenobítica da vida monástica criou as comunidades artificiais de indivíduos que decidiam viver em comum, sem que os unissem os vínculos do sangue. Os eremitas procuravam a solidão; quando aceitavam a convivência com alguém, era apenas para lhe transmitir os seus ensinamentos e a sua experiência contemplativa; esta associação era temporária. Nas cidades e sobretudo junto

a algumas basílicas onde se veneravam relíquias dos mártires, havia também grupos de ascetas e de clérigos que invocavam o exemplo mítico da comunidade de Jerusalém, cujos membros punham todos os seus bens em comum, como lembram os Actos dos Apóstolos. Este modelo constituía uma espécie de institucionalização da forma de vida adoptada por Jesus e os Doze Apóstolos. A literatura cristã dos primeiros séculos chamou-lhe «Vida apostólica». Foi invocado durante os séculos XI a XV por várias instituições monásticas e ascéticas, rurais e urbanas, que se influenciaram umas às outras, dando origem a costumes precisos e a organizações cujos membros se consideravam, de facto, irmãos uns dos outros. A sua concepção dos vínculos que os uniam inspirava-se nas relações fraternas, mas profundamente idealizadas: os motivos religiosos da associação valorizavam, como um ideal absoluto, a prática da caridade, a renúncia aos bens em favor da comunidade e a obediência a um *abbas*, isto é um pai que devia tratar todos os membros da comunidade como filhos. Este tipo de associações foi adaptado pelas confrarias medievais, também baseadas num parentesco fictício, mas não viviam em comum nem renunciavam aos bens pessoais. Os seus membros também cultivavam a ajuda mútua e exprimiam a sua associação por meio de rituais identitários e socializantes. O conceito de Fraternidade proposto pelos revolucionários de 1789 inspirava-se, de facto, consciente ou inconscientemente, no modelo monástico e religioso da Idade Média ocidental. A sua origem é profundamente cristã. Não apela para a fraternidade entre irmãos de sangue, mas entre irmãos de crença. Mas a vida monástica não é, evidentemente uma solução para a organização da sociedade, mas apenas um sinal, um símbolo que promete a transfiguração da fraternidade humana em fraternidade divina.

Todavia, ao contrário do que acontecia na vida monástica e religiosa, e muito menos nas confrarias, seria impensável considerar a fraternidade revolucionária como um ideal que propunha a diluição do indivíduo na comunidade. As regras monásticas criaram práticas tendentes a suprimir a vontade própria e a sacrificá-la ao bem comum. A evolução da cultura ocidental depois da Idade Média, todavia, não foi nesse sentido. Pelo contrário, valorizou cada vez mais a autonomia individual na criação intelectual e artística, no desenvolvimento da personalidade, na responsabilidade pessoal, na iniciativa da acção. A Fraternidade revolucionária é temperada pela Liberdade. Concebe a formação e o desenvolvimento da sociedade como resultado da associação harmónica de esforços voluntários.

Aparentemente, esta concepção da Fraternidade já não espelha de uma maneira tão evidente a origem cristã. Em si mesma, porém, não só não a contradiz, mas constitui uma forma mais perfeita de realização. Uma vez que Jesus Cristo aceita entre os seus discípulos não só homens, mas também mulheres; não só adultos, mas também crianças; não só pessoas sãs, mas também cegos, estropiados e leprosos; não só judeus vulgares, mas também levitas e sacerdotes do Templo; não só fariseus cumpridores da lei, mas também publicanos e soldados romanos; e se, entre os seus discípulos, havia temperamentos tão diferentes como os de Pedro e João –, deve-se concluir que a imitação de Cristo exige a conciliação da edificação do bem comum com a realização pessoal. A realização pessoal implica a liberdade para com todas as leis do mundo. Por isso diz S. Paulo aos Gálatas que «foi para a liberdade que Cristo nos libertou» (Gál., 5.1). Se o ideal monástico medieval não põe em evidência o indivíduo mas a comunidade, é em Jesus Cristo que tem de se procurar a valorização da convivência fraterna como apoio e estímulo da realização pessoal. Muitas das congregações religiosas souberam pôr em prática este ideal, e devem-lhe o seu sucesso na época moderna. Como tal, são o símbolo da conjugação do ideal fraterno com a criatividade individual.

A origem cristã da Fraternidade proposta por Jesus Cristo tem ainda uma componente mais vasta e, por assim dizer, mais política, mas também mais misteriosa. Jesus é o Messias. Não salva quem o acolhe por meio do poder, mas da aceitação do sofrimento e da morte. Mostra assim a sua solidariedade com os pobres, os humilhados e os perseguidos. Dirigindo-se aos seus discípulos deixa-lhes como última recomendação: «Amai-vos uns aos outros como eu vos amei» (Jo., 15. 12). Os cristãos sempre consideraram estas palavras como um preceito universal. Ou seja, mesmo que não vivam em comum, os homens e mulheres que tomam Jesus Cristo como seu modelo consideram-se membros de toda família humana e responsáveis pela instauração da sua unidade. Estamos de novo no domínio dos ideais e dos símbolos e não no das ideologias. Mas continuamos a ter de reconhecer a inspiração cristã da Fraternidade revolucionária.



Contudo, a Fraternidade de que falam os liberais pode ter uma inspiração diferente e ao mesmo tempo mais precisa. Na mente dos seus ideólogos tinha, sem dúvida, como modelo oculto, a fraternidade maçónica. Para alguns dos seus principais fautores, significava a ajuda mútua na prossecução de um modelo de sociedade organizada em função da implantação do Progresso universal, como ele era concebido desde o triunfo do Iluminismo. Este objectivo devia ser alcançado com o concurso e sob a orientação de uma elite esclarecida. A sua eficácia baseava-se na coordenação dos esforços de indivíduos escolhidos a dedo, e no compromisso de ajuda mútua, tanto para garantir o sucesso pessoal de cada um deles, como para suprimir os obstáculos à realização plena da Humanidade por meio do Progresso.

Se, teoricamente, não existe contradição entre Fraternidade maçónica e Fraternidade cristã, também não se pode negar que, em muitos casos concretos, o que prevalece é a oposição. Assim acontece nas lojas que cultivam o ateísmo e cujos membros se associam para beneficiar da troca de favores pessoais. O carácter secreto da fraternidade maçónica, em si mesmo, também não é incompatível com o ideal cristão. Mas a ocultação das pessoas e dos meios de acção favorece a ambição pessoal e a conquista do poder económico ou político por meio de processos ilícitos. A Sabedoria cristã não acusa a fraternidade maçónica como tal, mas também não pode deixar de apontar o risco de perda de critérios morais quando o objectivo é favorecer um grupo secreto e excluir os seus concorrentes.

Os ataques da Maçonaria à Igreja católica, considerada como obstáculo ao Progresso, não podiam deixar de cavar o fosso entre uma e outra. Historicamente falando, o ódio clerical à Maçonaria tornou-se, em muitos casos, uma verdadeira obsessão. Alimentou interpretações conspiratórias impossíveis de provar. As acusações mútuas suscitaram represálias violentas e deixaram marcas profundas de ambos os lados. Mas a Igreja portuguesa da época moderna também não era imaculada. Ao lado de muitos exemplos de espírito evangélico, a Igreja foi responsável por muitos outros de sentido contrário. A sua história está cheia de luz, mas também de muita sombra. A secularização dos bens das ordens religiosas não foi só uma espoliação injusta; foi também uma purificação necessária. A acusação de obscurantismo intelectual feita ao clero português do século XIX e durante

o período republicano pelos liberais e maçons foi, em geral, temos de o reconhecer, bastante merecida.

A Sabedoria manteve-se silenciosa no meio destas controvérsias. Não foi ela que inspirou a apologética clerical do século XIX, baseada sobretudo na contestação aos ataques do liberalismo. Esquecendo a origem cristã, e até monástica, do conceito e da prática da Fraternidade, a intelectualidade clerical dessa época, aliou-se ao conservadorismo político, e tentou por todos os meios recuperar a sua posição privilegiada. A Sabedoria, porém, deixa que o tempo revele a verdade das coisas. Esperou que a Igreja se refizesse dos seus traumas. Nunca deixou de inspirar a vivência de pequenas bolsas de cristãos mais preocupados com a vinda do reino de Deus do que com triunfos institucionais. Deixou as ideias amadurecerem. A Igreja acabou por perceber que não havia nenhuma incompatibilidade entre o Cristianismo e o Liberalismo. Os liberais perceberam também que o verdadeiro obstáculo ao Progresso era a intolerância e não a doutrina cristã. Por isso podemos hoje estar aqui, tentando ouvir a voz do Espírito divino, sem medo de dizer o que Ele silenciosamente nos põe no coração.

## 6.

Ainda falta mais uma palavra acerca da Fraternidade. A Sabedoria não pode, também, deixar de denunciar o carácter por assim dizer luciferiano do tipo de Progresso proposto pela ideologia maçónica e pelo positivismo, isto é, daquele Progresso que esquece o Homem e se alcança pela técnica e o voluntarismo racionalista. O positivismo novecentista confiava na realização plena das virtualidades humanas a partir do desenvolvimento técnico e da lógica racional. Mas a evolução sócio-económica do mundo actual parece demonstrar o seu fracasso de forma cada vez mais categórica. A capacidade técnica do homem não garante o sentido da responsabilidade no uso dos meios ao seu dispor. A concepção consumista em que se baseia a economia de mercado e a busca do lucro a qualquer preço, com todas as suas consequências para as grandes massas indefesas, coloca nas mãos de predadores sem escrúpulos a gestão do dinheiro, do poder e dos bens naturais e artificiais: a gestão da água, da terra, da energia, do lixo tóxico e não tóxico, das armas, dos órgãos humanos, da droga, do sexo, da informação, da pri-

vacidade. O que o racionalismo trouxe foi a reserva dos benefícios da modernidade e das realizações técnicas para uma minoria cada vez mais reduzida. As estatísticas não mentem. Um panorama quantitativo do problemas humanos como a fome, a limitação da energia ou da água e do que a técnica humana tem conseguido fazer para os resolver conduz a uma situação de desespero. Numa época em que os meios de comunicação eram limitados podíamos, talvez, acreditar no Progresso universal. Hoje, cada vez mais bem informados do que se passa no mundo, sabemos bem que o progresso técnico só veio aprofundar o fosso que separa os seus beneficiários das suas vítimas. Se algum progresso houve foi à custa da Fraternidade.

Por isso deixámos de acreditar no Progresso que os metadiscursos utópicos das filosofias iluministas prometiam. A técnica, a racionalidade pura e dura, e o imperialismo da quantidade, são impotentes para resolver os problemas da humanidade. A Sabedoria ensina que é preciso temperá-las por meio de uma teoria e uma prática. Por meio da valorização dos sinais e dos símbolos, a valorização da qualidade e da linguagem poética; da atenção concedida aos pequenos gestos e à gratuidade do dom; da percepção das harmonias e do respeito pela dignidade de cada homem, cada mulher e cada criança; enfim, pela evidência de que o mundo em que vivemos é limitado. A realização da Humanidade tem de envolver o homem inteiro, corpo e espírito, coração e razão, e de valorizar todas as participações, mesmo as mais humildes e imperfeitas. A Sabedoria traz-nos a esperança de que os pequenos gestos de fraternidade ao nosso alcance, realizados com todo o coração e com toda a alma são sinais de que o ideal da Fraternidade não se deixa vencer pela visão racionalista de um mundo à beira da catástrofe.

O que a Sabedoria propõe é de facto a Fraternidade. Sendo ela revelação da unidade na totalidade, mostra os caminhos por meio dos quais se realiza a unidade da família humana: a partilha e comunhão dos bens da vida e da terra; a solidariedade que faz a cada um sentir-se, e ser, de facto, responsável por todos; a ousadia de interceder, na oração, por todos os que necessitam de ajuda, e de pedir perdão por aqueles que não sabem o que fazem; a convicção íntima de que cada homem representa a humanidade inteira; a partilha dos bens com os necessitados. A Sabedoria mostra também que cada gesto de solidariedade, cada acto de amor, cada renúncia em favor de alguém, é realmente mais um passo que nos aproxima da Fraternidade. A Sabedoria faz-nos acreditar que essas pequenas ou grandes realizações são

senal de que a Humanidade pode continuar a esperar a plena realização da fraternidade universal.

Para o cristão, não bastam os modelos, por assim dizer, institucionais, propostos, pelas várias culturas humanas através das estruturas de parentesco, ou pela Igreja através das ordens religiosas e das confrarias. O Evangelho vai mais longe do que a Igreja. Exagera, como sempre. Os limites que propõe ultrapassam a capacidade humana: «Amai os vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam, abençoai os que vos amaldiçoam, rezai pelos que vos caluniam» (Lc., 6.27-28). E, por fim: «Sede perfeitos como é perfeito o vosso Pai do Céu» (Mt., 5.48).

«Perfeitos como é perfeito o vosso Pai do Céu»! A Fraternidade proposta pela verdadeira Sabedoria, a de Jesus Cristo, não tem, pois, limites nem meio termo. Jesus convida-nos a exceder a nossa própria capacidade. A expressão, a forma e a prática da Fraternidade cristã não decorrem do dever, mas da voz e do agir de Deus em nós; ou da fé de que falava Fr. José Augusto Mourão pouco antes de morrer: «A fé – dizia ele – só existe em acto».

Toma forma concreta, por exemplo, nas palavras inspiradas que Etty Hillesum, em 1943, no campo de concentração de Westerbork, escrevia aos seus amigos. – E com elas termino.

«A miséria neste lugar é realmente indescritível. As pessoas dos barracões grandes vivem como ratazanas no esgoto. Vêm-se muitas crianças a morrer [...] Volta a assolar-me o sentimento – não consigo evitá-lo, as coisas são como são, existe uma força elementar – de totalmente novo. E quantos mais delitos e horrores se derem, mais amor e bondade teremos de oferecer em contrapartida, sentimentos que temos de conquistar dentro de nós. Podemos sofrer mas não podemos sucumbir. E se escaparmos a estes tempos, imaculados no corpo e na alma, sem rancor, sem ódio, então também nós teremos algo a dizer após a guerra».<sup>1</sup>

Temos alguma coisa a dizer. Sem dúvida. Se formos capazes de, em contrapartida dos delitos e horrores do nosso tempo, oferecermos *mais* amor e bondade. Mais do que quê? *Mais* do que temos oferecido, é claro. *Mais* porque o que temos oferecido não é, nem será nunca, suficiente. *Mais* porque os

<sup>1</sup> Etty Hillesum, *Cartas. 1941-1943*, Lisboa, Assírio e Alvim, 2009, pp. 152-154.

pobres e oprimidos deste mundo vivem na miséria e são nossos irmãos. *Mais*, porque o que podemos fazer é apenas símbolo do que seria preciso.

Não sabemos como se faz esta contabilidade do mais e do menos. Só sabemos que temos de abandonar muitos preconceitos, de alijar muita carga inútil e de oferecer mais amor e bondade. Temos de converter o nosso olhar sobre o mundo ao olhar de Jesus Cristo. Temos de converter o nosso coração, e deixar que a Palavra, que é o próprio Jesus Cristo, produza em nós a *metanoia*. Temos de acreditar, com uma fé inteira, na eficácia dos gestos simbólicos que Jesus nos ensinou a fazer. Então, por meio de um olhar novo sobre o mundo, seremos capazes de ver o que nele já existe de divino, e que é semente e promessa de unidade. E tendo visto a marca do divino, deixar que ela solte em nós esses amor e bondade que são a marca da verdadeira Fraternidade.

